

FICHA DE HISTÓRIA – 12º ANO

I Grupo

Fonte 1 – O primado económico dos EUA

O curso efectivo da recuperação europeia teve apenas uma ténue relação com os mecanismos criados em Bretton Woods, com o FMI e com o BIRD (Banco Mundial). Os Estados Unidos tornaram claro que nunca permitiriam que o dólar se tornasse uma moeda escassa. Ao mesmo tempo, insistiram no cumprimento dos compromissos estabelecidos em Bretton Woods relativamente à convertibilidade das moedas. (...) Os Estados Unidos começaram a trabalhar num plano para a recuperação económica da Europa. O Programa Europeu de Recuperação, ou Plano Marshall, foi lançado pelo Secretário de Estado George Marshall no seu discurso de abertura em Harvard em 5 de Junho de 1947. Os Estados Unidos pretendiam criar um novo mundo político na parte ocidental do continente europeu. A tradicional e destrutiva relação Franco-Alemã seria substituída por uma estrutura federal, uns Estados Unidos da Europa à semelhança do exemplo americano. Só uma combinação de força política e satisfação material poderia criar uma sociedade que pudesse resistir ao expansionismo soviético. A Organização Europeia para a Cooperação Europeia (OECE), criada como parte do Plano Marshall, foi considerada como o “ponto focal em torno do qual a coesão económica da Europa ocidental devia ser construída”. Pode até ser vista como uma forma embrionária de um governo europeu futuro, no qual os Estados Unidos teriam o papel de “membro associado”.

Harold James, *The Fall and Rise of the European economy in the 20th Century*, in *The Oxford Illustrated History of Modern Europe*, pp. 192 a 194

1. Explique o interesse dos EUA em fortalecer económica (e politicamente) a Europa (fonte 1)?

Fonte 2 – A reforma do capitalismo

Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido dos anos 60, quando a Europa tinha uma média de 1,5% da sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1, 3%? Só na América do Norte ele ainda não fora eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da humanidade continua pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o «De pé, ó vítimas da fome!» da Internacional para trabalhadores que esperavam agora possuir o seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tornassem difíceis para eles não haveria um Estado de bem-estar cada vez mais universal e generoso pronto a oferecer-lhes protecção, antes nem sonhada, contra os azares da doença, da desgraça e mesmo da terrível velhice dos pobres? Os seus rendimentos cresciam de ano para ano (...) Que problemas restavam para ser resolvidos? (...) O capitalismo foi reformado a ponto de ficar irreconhecível.

Eric Hobsbawm, *A era dos extremos*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p.265

2. Porquê a «A reforma do capitalismo» (fonte 2)?

Fonte 3 – A recuperação japonesa

A ocupação do Japão derrotado foi, no essencial, uma tarefa americana. Tendo, de início, como objectivos a desmilitarização e a democratização, ela foi mais construtiva que destrutiva. (...) As políticas de desmilitarização compreendiam a desmobilização dos militares, o desmembramento das zaibatsu [as grandes empresas japonesas] que tinham contribuído para o esforço de guerra, o saneamento de figuras indesejáveis em cargos de influência e a punição dos criminosos de guerra. (...)

No entanto, houve muitos na América e no Japão que pensaram que as reformas eram demasiado liberais, sobretudo devido às tensões crescentes da Guerra-fria. Havia, sobretudo, a preocupação com o despertar do comunismo. (...) Uma economia que continuava débil aumentava o perigo de uma tomada do poder pelos comunistas. (...) O principal objectivo era agora fortalecer a economia do Japão e fazer dela um bastião do Mundo Livre no extremo oriente. O desmembramento das zaibatsu foi interrompido, bem como os saneamentos. O Japão também evitou pagar quantias significativas como indemnizações de guerra às nações que tinham sido suas vítimas. As leis laborais, que acabavam de ser introduzidas, foram tornadas mais restritivas. Com políticas financeiras rigorosas, orientadas por especialistas americanos, a inflação foi reduzida e a economia começou a recuperar. Um impulso importante para a recuperação económica veio das encomendas americanas destinadas à Guerra da Coreia, iniciada em 1950. (...)

Durante os anos 50, o governo conservador japonês anulou deliberadamente algumas das reformas da Ocupação. (...) Contudo, não anulou as recentes políticas económicas da Ocupação, mas partiu delas, combinando-as com a sua própria tradição de direcção governamental da economia. (...) Devido a (...) um misto de espírito de iniciativa e de ajuda da América, de autoritarismo e de democracia, de predisposições culturais e de mecanismos económicos –, o Japão pôde atingir um rápido crescimento económico nas duas décadas seguintes. No final dos anos 60, tornou-se a terceira maior economia mundial, depois da América e da União Soviética.

Kenneth Henshall, *História do Japão*, Edições 70, Lisboa, 2004, pp. 254 e 255

3. Que razões estão por detrás da ajuda americana à reconstrução japonesa do período pós II Guerra (fonte 3)?



4. A recessão dos anos 70 teve como única causa a crise do petróleo de 1973 (fonte 4)? Justifique.

II Grupo

Fonte 5 – O imobilismo político dos anos 50

O principal reflexo da oposição ao regime verificou-se sempre que se realizavam eleições legislativas, ou nos períodos de escolha do Chefe do Estado. Durante o mês de campanha, o Governo reduzia a censura a um mínimo (...). Como, não se efectivavam modificações na lei eleitoral, não se garantia a liberdade de voto nem se alargava o recenseamento, os candidatos oposicionistas, ou desistiam nas vésperas do acto, ou (...) perdiam. Foi o que aconteceu em 1949, 1951, 1953, 1957, 1958, 1961 e 1965. As campanhas eleitorais tornaram-se uma questão de estratégia para a Oposição e a sua própria razão de existência; mas tornaram-se também uma hábil válvula de escape para Salazar e o regime poderem dominar o País, e uma excelente arma de propaganda para convencerem as nações estrangeiras de que a situação política portuguesa nada tinha de fascista e contava com o apoio popular. (...)

1949 quis dizer o ponto máximo numa frente unida contra o «Estado Novo». Não tardou que os seus componentes, comunistas, socialistas, moderados, velhos democráticos, levassem as disputas internas ao ponto da cisão.

Oliveira Marques, *História de Portugal*, II vol., 4ª edição, Lisboa, Palas Editores, 1977, pp. 349-350

Fonte 6 – Cartaz eleitoral



Movimento Nacional Democrático - 1953

5. Como mantém Salazar o imobilismo político ao longo dos anos 50 (fontes 5 e 6)?

Fonte 7 – Uma nova linha de rumo

No meio de uma Europa que (...) trata com intensidade crescente, de organizar e desenvolver todas as fontes de riqueza para melhorar em proporções nunca sonhadas o nível de vida dos seus trabalhadores, penso que Portugal não pode permitir-se o luxo de discutir se deve andar ou ficar parado. (...) Em 1939 já estávamos atrasados (...). Se não dermos um salto em frente afastamo-nos a perder de vista. (...) Quando se lê que somos um país «essencialmente agrícola», tem-se a impressão de que seria mais justo dizer «principalmente agrícola» (...). Melhoremos o País através da indústria; melhoremos a vida do trabalhador através do salário e da justiça social, porque isto, se não é tudo, é reconhecidamente muito (...). Só um programa sistemático de novas indústrias e de aperfeiçoamento das que existem pode alargar os mercados, porque toda a indústria, por si e pelos salários que paga, é forte consumidora de outros produtos industriais e, portanto, faz crescer em movimento acelerado o volume do comércio.

J. N. Ferreira Dias, *Linha de Rumo, Notas de Economia Portuguesa*, vol I, Lisboa, Livraria Clássica Editora 1945, p.170

Fonte 8 – A afirmação da indústria portuguesa

Procuremos conseguir, pela fecunda colaboração dos nossos artistas e dos nossos artífices, que os produtos sejam obras de gosto em que se espelhe a nossa originalidade. Ressuscitemos a tradição do artesanato para as indústrias de luxo, em que a alta distinção resulta do enlevo com que as formas foram imaginadas, e do trabalho amorosamente prosseguido ao longo dos dias que as tocou da graça do pormenor e as vincou de um sentido humano. De tudo isto depende a possibilidade de a indústria portuguesa se afirmar no mercado mundial e nele conquistar uma posição condigna.

J. Castro Fernandes (Ministro da Economia de 1948 a 1950), *Orientações da Indústria Portuguesa perante os problemas do comércio externo*, Ministério da Economia, DGSA, Lisboa, 1949, p.51

Fonte 9 – I Plano de Fomento

Estes 13 a 14 milhões de contos aparecem distribuídos em partes quase iguais pela Metrópole e pelo Ultramar, e, tanto aqui como lá, afectos em somas substanciais, de um lado, à agricultura e, de outro, às indústrias, nas quais se englobam a produção de energia e os transportes. Embora os planos de fomento não sejam uma novidade no Ultramar, pois nas grandes províncias, como Angola e Moçambique, se está já habituado a trabalhar dentro de planos aprovados para certo número de anos, é a primeira vez que se tenta uma sistematização de recursos metropolitanos e ultramarinos e se faz um estudo conjunto e coordenado das aplicações mais urgentes. (...)

Tenho agora de dizer algumas palavras acerca da distribuição das somas, a despender, pela indústria e pela agricultura. No que se refere à indústria e pondo de lado os transportes, o Plano restringe-se na Metrópole a meia dúzia de indústrias consideradas básicas pela sua importância própria e repercussão nas demais, e na produção e distribuição de energia, esta última medida pelas exigências crescentes do consumo e a necessidade de estender o seu uso aos centros e populações rurais. Quanto à agricultura, pode dizer-se que são atacados apenas o repovoamento florestal, a irrigação por meio de grandes albufeiras e a colonização [interna]. (...)

O que se diz da Metrópole pode afirmar-se do Ultramar, com as diferenças impostas pelas circunstâncias, dando-se ali menor incremento à produção de energia e muito grande à construção de linhas-férreas. (...) Nem aqui nem lá se pode afirmar que estejamos em face de um plano de industrialização; também não se pode dizer que se esteja em face de um plano integral de fomento agrícola.

Discurso de Salazar na Exposição do Plano (28/05/1953) in *Discursos*, vol. 5, pp. 95-126

Fonte 10 – Índices anuais da produção industrial

	1947	1953	1958
Transformadoras	83	100	147
Extractivas	61	100	78
Alimentação e bebidas	83	100	135
Têxteis, vestuário e calçado	90	100	133
Madeira, cortiça e mobiliário	68	100	127
Química e petróleos	78	100	142
Minerais não metálicos	74	100	135
Metalúrgicas, metalomecânicas e material eléctrico	90	100	182
Transformadoras diversas	89	100	175
Electricidade	52	100	193

Segundo J. Chaves e R. Leite

Fonte 11 – A construção de infra-estruturas



Operários trabalhando em novos ramais no caminho-de-ferro de Benguela

6. Com base no conjunto das fontes 7 a 11 e nos seus conhecimentos, sublinhe as tensões existentes na economia portuguesa entre 1945 a 1958.

Fonte 12 – Evolução ou continuidade?



Temos de fazer face a tarefas inadiáveis. Enquanto as forças armadas sustentam o combate na Guiné, em Angola e Moçambique e nas chancelarias e nas assembleias internacionais a diplomacia portuguesa faz frente a tantas incompreensões não nos é lícito afrouxar a vigilância na retaguarda. Em tal situação de emergência há que continuar a pedir sacrifícios a todos, inclusive nalgumas liberdades que se desejava ver restauradas. Não quero ver os portugueses divididos entre si como inimigos e gostaria que se fosse generalizando um espírito de convivência em que a recíproca tolerância das ideias desfizesse ódios e malquerenças. Mas todos sabemos, pela dolorosa experiência alheia, que se essa tolerância se estender ao comunismo estaremos cavando a sepultura da liberdade dos indivíduos e da própria Nação. (...) Disse há pouco da minha preocupação imediata em assegurar a continuidade. (...) Mas continuar implica uma ideia de movimento, de sequência e de adaptação. A fidelidade à doutrina brilhantemente ensinada pelo Dr. Salazar não deve confundir-se com o apego obstinado a formas ou soluções que ele algum dia haja adoptado (...) não impedirá, pois, o governo de proceder, sempre que seja oportuno, às reformas necessárias. (...) A divisão pode-nos ser fatal a todos. A dispersão enfraquecer-nos-á sem remédio. Saibamos ser dignos desta hora. O mundo tem os olhos postos em Portugal.

Palácio de S. Bento, 27 de Setembro de 1968

Marcello Caetano, *Discurso de posse como Presidente do conselho de Ministros* in <http://forumpatria.com/>

7. Evolução ou continuidade? Justifique a sua resposta.

Bom trabalho!